

Ata da 17ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 21 dias de março de 2017, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima sétima reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Apresentação do Afoxé Bamboxê e do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio (MCPS) de proposta de ação conjunta com o CMPC relacionada ao Plano Municipal de Cultura; Representação do CMPC nas comissões dos editais de fomento à cultura; Andamento da licitação para construção do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura; 2) Diretrizes para a atuação da Comissão Temporária de Acompanhamento do Plano Municipal de Cultura; 3) Criação de comissão temporária para análise da minuta do decreto de regulamento do Fundo Municipal de Cultura; 4) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga); Demian Moreira Reis (Circo); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade-São Caetano/Centro-Brotas); Jadson Santos do Nascimento (Valéria/Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); Kilson Santana de Melo (Música); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa/Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial) e Rodrigo Cavalcanti (SALTUR). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Lucia Tavares Leiro (Artes Visuais); Bernardo Batista de Araújo (SALTUR); Sandra de Cássia S. dos Anjos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Marcos Luis Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras) e Ivam da Silva Almeida (Música). Os servidores da FGM que compareceram foram Gildete Ferreira, Plutarco Drummond, Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião e passou a palavra para Plutarco Drummond, que informou que o CMPC vai acompanhar o trabalho das comissões de avaliação e seleção dos editais de fomento da FGM e do Programa de Incentivo Fiscal Viva Cultura, através do acompanhamento de um titular e seu respectivo suplente, que deve ser escolhido na próxima reunião ordinária, após formalização do convite a ser feito pela Fundação Gregório de Mattos (FGM). Em seguida atualizou as informações sobre o processo de licitação para a construção do Diagnóstico Cultural do Plano Municipal de Cultura, sendo que recebeu boa resposta dos empresários interessados e a licitação iria acontecer no dia 27 de março. O Presidente solicitou que a FGM enviasse o convite anteriormente à próxima reunião ordinária, possibilitando que os Conselheiros interessados já estejam cientes e possam se manifestar. Paulo Hermida sugeriu que os Conselheiros participem de comissões referentes às áreas que representam e exemplificou o edital do Selo Literário João Ubaldo Ribeiro, cuja comissão deveria contar com a participação de Tiago Oliveira, representante da área de Literatura, mas lembrou que ele vem faltando algumas reuniões, sendo necessário

compatibilizar a situação. O Presidente acrescentou a importância de o Conselheiro ter disposição para participar das atividades das comissões. Gildete Ferreira informou que quando enviar a comunicação formal anexará o edital, a metodologia e o calendário para facilitar o planejamento dos membros do CMPC. Kilson Melo sugeriu juntar as duas coisas, o perfil e a disposição, tendo o primeiro ponto como prioritário e somente se o Conselheiro não tiver disposição que deve passar a incumbência a outra pessoa. Jadson Nascimento reforçou a importância de o membro do CMPC participar das reuniões, e retomou o exemplo dado por Paulo Hermida do representante de literatura, Tiago Oliveira, que não está frequentando as reuniões ordinárias, e certamente não irá participar das atividades relacionadas às comissões dos editais. O Presidente falou sobre a importância da publicação do Regimento do CMPC no Diário Oficial do Município para legitimar as ações do órgão, já que o documento foi aprovado há mais de cinco reuniões. Em seguida, apresentou uma proposta de indicação pedindo brevidade no processo de publicação do decreto, a ser encaminhada ao Prefeito de Salvador para ser avaliada pelo pleno. Após as discussões sobre a redação e regras ortográficas, o pleno aprovou o texto. Gildete Ferreira disse que está discutindo a publicação com Dra. Luciana Hart, a representante da Procuradoria do Município no Gabinete do Prefeito, e que há uma demanda muito grande, inclusive referente a ações da FGM, como o tombamento da Pedra de Xangô e da Estátua de Cristo e a regulamentação do programa Viva Cultura, cujo texto final já sendo fechado para a publicação do decreto. A assessora da FGM orientou que o CMPC envie o documento, ao mesmo tempo em que ela vai pedir a publicação logo após a regulamentação do sistema, para que possa ser publicado ainda no mês de março. Depois, o Presidente convidou Almir Odum Ará, presidente do afoxé Bamboxê, que informou que se trata de um afoxé contemporâneo, que foi fundado em 2009 no Nordeste de Amaralina, entendendo que era necessário criar um instrumento naquela região capaz de aglomerar o povo de santo, e acrescentou que ao longo de seus anos de história o grupo vem organizando uma sequência de ações, como quatro caminhadas, a exemplo da caminhada Gangazumba dentro da região, participou das caminhadas da Consciência Negra, organizadas pela Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e outros coletivos, e contribuiu com outras atividades na cidade principalmente defendendo o povo de santo e combatendo a intolerância religiosa e o racismo. Neste sentido, entenderam que é necessário construir um debate mais amplo sobre cultura em Salvador, principalmente porque a comunidade do Nordeste de Amaralina está vivendo uma experiência muito nova, que é a oficialização do carnaval da região, algo que os moradores construíram com autonomia. Considerou que essa seja talvez uma grande experiência a ser estudada, e citou o professor da UFBA, Dr. Paulo Miguez, que recentemente fez um artigo sobre o tema, e isso tem cada vez mais levado a comunidade a pensar a cultura de forma ampla. O representante do Bamboxê ressaltou que para pensar a cultura em rede, seria necessário o afoxé passar pelo CMPC, legitimado pela sociedade enquanto aparelho de construção coletiva. Em seguida, o representante apresentou uma proposta de “Seminário sobre o Plano Municipal de Cultura e os Instrumentos de Políticas

Culturais de Salvador”, que tem o objetivo de ser um espaço para apresentação das políticas culturais já existentes na cidade, bem como do plano de trabalho para a construção do Plano Municipal de Cultura, contemplando a construção de um calendário para a promoção de diálogos junto com a sociedade civil. Acrescentou que a proposta é que o seminário aconteça em dois turnos, manhã e tarde, em um sábado do mês de maio, que deve contar com representações do poder público municipal, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Política Cultural, UFBA, sociedade civil organizada, além de artistas e movimentos culturais. Sugeriu que o evento seja realizado no dia 06 de maio, no Centro Cultural da Câmara de Vereadores. Em seguida, recebeu a palavra Marcio Cayres, coordenador do ponto de cultura Grãos de Luz e Griô, localizado na cidade de Lençóis, o qual informou que quando presidiu o Conselho Estadual de Cultura uma das principais questões que mais preocupava era que desde quando se iniciou no Brasil um processo de consulta e criação dos conselhos e dos sistemas de cultura, houve muitas convocações da comunidade cultural para contribuir com demandas e apresentar as necessidades da área cultural. Sugeriu que agora, depois de tantos anos de diálogo, a convocação e o processo de construção do plano apresente uma sistematização, já que vai convocar mais uma vez a sociedade para um processo de realização de seminário e construção coletiva, e é importante que fique muito claro que já houve um momento anterior de consultas e elaboração de demandas, pois as pessoas podem não querer participar de mais um processo de manifestação de necessidades e expectativas, e pensar que as contribuições não desencadeiam encaminhamento de ações. Ele disse que o plano é um documento que possibilita uma referência de objetivos e metas. Assim, a convocação deve estar muito clara para a comunidade cultural e com o sentimento de que existe uma sistematização, passos que já foram dados e não se propor apenas a levantar pontos para depois ver como se encaminha. O Presidente lembrou que a proposta do seminário envolveu outras entidades, como a Ação Griô Bahia e a CONEN e perguntou se havia outras. Almir Ará respondeu que dentro do Nordeste de Amaralina tem um consenso, que conta com a União Santa Cruz, Centro Espírita Paulo e Estêvão (CEPE), Circuito Mestre Bimba, Instituto Salvador em Movimento, entre outras. O Presidente reforçou que a proposta foi apresentada pelo afoxé Bamboxê e pela Ação Griô Bahia e está aberta para discussão e considerou o CMPC como um dos proponentes. Joceval Rodrigues considerou a proposta interessante, mas manifestou dúvida no encaminhamento na programação do seminário e perguntou se o Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura não seria um elemento de contribuição para enriquecer o evento ou ele deveria ser feito anteriormente para dar um norte ao diagnóstico. Rita Santos disse que maio é um mês complicado porque vai acontecer a conferência da Reparação, sendo que a partir do dia treze serão realizadas as pré-conferências e nos dias vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco a conferência. Kilson Melo falou que é muito importante o processo de discussão da questão e sugeriu que a proposta seja expandida para as dez Regiões Administrativas da cidade, sendo que os Conselheiros poderiam aproveitar para fazer um diagnóstico das manifestações

culturais de cada área. Paulo Hermida disse que a realização do seminário é importante e lembrou que a realização de reuniões em diversos pontos da cidade já estava prevista, no entanto ainda não estava fechada na metodologia do Plano a quantidade e o nome e retomou a fala do Vereador Joceval Rodrigues, assinalando a importância de inserir o seminário dentro do contexto geral de organização da Conferência Municipal de Cultura. Ratificou ainda a importância de se ter em mãos o resultado do diagnóstico para se ter informações sobre o que está acontecendo na cidade em termos culturais e encaixar o seminário no cronograma e na linha de trabalho do CMPC. Joelice Braga reforçou as falas anteriores e disse que sempre que se trabalha em processos de construção de planos, trabalha-se na perspectiva de realização de conferências e que é de praxe realizar conferências regionais e se chegar a uma conferência maior no final. Acrescentou que entende que a proposta do seminário está muito bem contemplada, sendo necessário sentarem juntos e fazer de forma coletiva, ouvindo os representantes do Nordeste de Amaralina e aprofundando mais a proposta que já existe no Conselho, em geral considerou a proposta muito bem-vinda. O Presidente disse que era preciso delimitar algumas coisas, sendo que no caso do calendário de construção do Plano Municipal de Cultura da Prefeitura já está prevista a realização de debates, seminários e a utilização do critério de territórios de identidades dentro do processo de construção do diagnóstico, sendo que isso já foi discutido várias vezes e o edital também já apresenta isso. No entanto ele esclareceu que ficou parecendo que a proposta do afoxé é desse processo ser apresentado para a sociedade civil e acrescentou que a sociedade quer saber que projeto é esse que será apresentado para a cidade. Ele disse que se o Conselho entender que o seminário é importante, pode-se ter um processo com a sociedade com a finalidade de conhecer o plano que será construído na cidade e depois ter outro seminário para apresentar o resultado do plano, ou as discussões mais profundas sobre o plano, quando isso for feito nos territórios. Ou seja, o Conselho não elimina a proposta apresentada pelo afoxé, mas cria-se mais um evento na cidade para discutir o plano, e ressaltou que todo evento é bem-vindo, sendo que no meio do processo seriam realizados outros eventos dentro do calendário da cidade, pois a proposta não é que o seminário entre no calendário da cidade, mas que seja mais um momento para apresentar que plano será construído pela cidade, e aí se faz uma chamada para a sociedade já se apoderar do processo e acompanhar as agendas que virão mais para frente, isto é, a participação da sociedade viria já na gênese do processo. Ele disse que já que o pleno considera importante a realização do seminário, a proposta do afoxé deveria ser mantida juntamente com o calendário da construção do diagnóstico feita para empresa vencedora de licitação, do qual a sociedade necessariamente teria que participar. Lucia Leiro chamou atenção para o destaque que a proposta deu à Ufba e sugeriu que fosse ampliada, incluindo a palavra 'universidades', visto que a cidade tem várias universidades que trabalham e desenvolvem cultura e projetos de extensão com a comunidade, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), da qual ela faz parte. Sugeriu que se pensasse de forma mais ampla e mais inclusiva, pois se trata da construção de um plano municipal. Além disso, exemplificou a

metodologia do processo de construção do plano pelo Conselho Nacional de Política Cultural, que trabalhou com grupos de trabalho, sendo que os diversos grupos devem participar do processo de construção do plano, senão vai ficar um plano muito endógeno. Almir Odum Ará disse que é de uma época em que a sociedade civil chamava o poder público para discutir políticas públicas, mas ela acabava construindo sozinha, e naquele dia estavam apresentando propostas e deixando em aberto junto ao CMPC. Salientou que outros companheiros e companheiras devem apresentar suas experiências de vida, e a partir daí será construída uma agenda para um evento realmente popular e democrático que realmente contribua para a vida das pessoas e que não seja mais um espaço em que a sociedade apresente suas expectativas e as engavete depois. Disse ainda que a proposta ia ao encontro do pensamento do Vereador Joceval Rodrigues e se colocou à disposição para construir outras agendas para fazer com que isso se encaixe dentro de toda uma trajetória de luta que foi construída por várias outras pessoas. Demian Reis achou muito bacana que a iniciativa partiu de um grupo de um território e considerou esse um processo de inclusão, já que a cidade que está fora do centro está sempre fora do processo e o plano de cultura já tem uma necessidade enorme de incluir. Considerou que seria fantástico se outros bairros também tivessem vozes, atores que comesçassem a aquecer com o que ele estava entendendo como uma espécie de pré-convocatória, com o objetivo de despertar o interesse dos moradores para eles comecem a se sintonizar, logo nada melhor do que os grupos culturais do bairro, que são justamente os agentes culturais locais, fazerem essa ponte. Ele considerou importante que vários bairros, quanto mais melhor, tenham eventos de pré-convocatória para que quando ocorra a escala mais oficial já se tenha uma maturidade e uma efervescência já acontecendo porque o que se quer é aumentar a consistência desse canal de envolvimento. O Presidente sugeriu que a proposta do seminário fosse discutida na Comissão Temática de Formação Cultural juntamente com os representantes do afoxé, sendo que as atualizações deveriam ser lançadas no e-mail para discussão entre os Conselheiros e apresentadas na próxima reunião ordinária a proposta mais organizada com as contribuições do CMPC para definirem questões, como a data, locais contemplados e ações de descentralização. Ele concluiu que o CMPC aceitou o convite, já que não houve fala divergente e considerou importante discutir os elementos apresentados. Considerou ainda a possibilidade de associar a logomarca do CMPC ao evento e perguntou aos Conselheiros se concordavam e eles consentiram com o encaminhamento. Em seguida foi colocado em discussão o primeiro ponto de pauta, as Diretrizes para a atuação da Comissão Temporária de Acompanhamento do Plano Municipal de Cultura. Paulo Hermida disse que não tinha novidades, visto que estão aguardando a conclusão do processo de licitação para que a comissão possa fazer o acompanhamento e começar a trabalhar. Acrescentou que a equipe da FGM informou que no dia vinte e sete de março seriam abertas as propostas e teria uma definição da licitação e em seguida a comissão entraria no processo para acompanhar isso. Paulo Hermida destacou também dois pontos que foram discutidos na reunião da Coordenação Colegiada e deveriam ser apresentados

ao pleno, foram eles as questões sobre a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a discussão sobre o Fundo de Financiamento da Cultura os quais deveriam ser os dois grandes focos de atuação do CMPC para o resto do ano. O Presidente perguntou a Gildete Ferreira sobre a licitação do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura. A assessora da FGM informou que no dia vinte e sete de março seria realizada a licitação de forma presencial na modalidade Técnica e Preço, com envelopes abertos às quinze horas, na sede da FGM. Em seguida, seria realizada a análise técnica dos documentos e o cumprimento do prazo para recursos, se necessário. Esclareceu que a comissão de acompanhamento do plano só poderia começar o acompanhamento do trabalho da empresa vencedora após a sua contratação. Jadson Nascimento mostrou preocupação com o prazo. Gildete Ferreira disse que no mês de abril já se teria a empresa vencedora do processo. Paulo Hermida lembrou de uma observação que Jadson Nascimento fez anteriormente sobre a participação dos Conselheiros e destacou que na comissão de acompanhamento do plano tem alguns integrantes que não aparecem há algumas reuniões ordinárias, assim, em um grupo de cinco pessoas, apenas três estão acompanhando o processo. Ele inferiu que, se eles não têm disponibilidade para participar das reuniões do Conselho, será mais difícil que compareçam para reuniões de uma comissão mais específica. Sugeriu que o Conselho pensasse um pouco mais a respeito do seu funcionamento porque isso é uma coisa complicada. Ele ressaltou que surgiu ainda a ideia de formar uma comissão de acompanhamento da regulamentação do Fundo Municipal de Cultura, ou seja, o problema vai se agravando, se acumulando. O Presidente disse que estava conversando com Lucia Leiro mais cedo sobre isso e retomou a discussão sobre a publicação do Regimento Interno do CMPC. Destacou que o Conselho se preocupa em obedecer o que diz o Regimento, sendo que ele ainda não virou lei, e as coisas são tratadas de forma política. Disse que para Lucia Leiro se transformar em titular foi necessário ele entrar em contato com José Hernani Santos (Zezé Olukemi), titular do segmento Artes Visuais, para que oficializasse por e-mail que ele estava de saída do Conselho, para que a sua suplente pudesse assumir a sua titularidade. Citou Danilo Moura, titular do segmento Culturas Identitárias e Inclusivas, que não tem comparecido às reuniões, sendo que a sua suplente Sandra de Cássia dos Anjos é assídua, e será necessária a manifestação de que não participa mais do Conselho. Ele ressaltou que no Regimento consta que, após três faltas não comunicadas e sem a convocação do suplente, o Conselheiro Titular perderá automaticamente sua posição. No entanto, sem a publicação do documento o órgão colegiado não tem a prerrogativa de afastar nenhum membro. Assim, será necessário procurar Danilo Moura, para que ele se pronuncie. O Vereador Joceval Rodrigues lembrou que não se tratava da exclusão de nenhum Conselheiro, mas de uma comissão, e pode ser analisada a assiduidade, até porque a comissão trata de temas, sendo que a presença nas reuniões do Conselho vai enriquecer muito e a ausência atrasa, ou seja, não se está falando da exclusão de ninguém do CMPC. O presidente disse que se o pleno entende que é importante colocar Sandra de Cássia como titular da comissão temporária, já que ela está acompanhando as reuniões e está à par do assunto, nada mais justo do que

ela participar do processo, mas esse não pode ser o desejo individual dele ou de outra pessoa, mas combinado com o pleno. Ele disse que é importante a Comissão Temporária de Acompanhamento do Plano Municipal de Cultura ficar à par das coisas porque a próxima reunião será realizada no dia dezoito de abril, sendo que já se terá o resultado da empresa que vai construir o diagnóstico do plano, e será necessário o acompanhamento das suas atividades. Assim, na próxima reunião já se terão assuntos a serem tratados sobre esse tema. Jadson Nascimento propôs saber de Sandra de Cássia se ela podia assumir a função ou poderia escolher outra pessoa para integrar a comissão. Lembrou ainda de Soiane Gomes que também não tem aparecido ultimamente e disse que poderia saber se tem alguém com disponibilidade para assumir o posto. O Presidente respondeu que seria melhor o assunto ser discutido dentro da comissão. Lembrou que já havia sido discutido que o suplente poderia participar das reuniões das comissões e não teria direito a voto na presença do titular, assim nenhum suplente está impedido de participar das reuniões. Destacou que a questão era se o titular continuaria ou não como membro do CMPC, e citou novamente Danilo Moura que ainda não havia comparecido a nenhuma reunião ordinária de dois mil e dezessete. Márcio Cayres agradeceu o convite e se despediu dos Conselheiros. Verificou-se a presença de Danilo Moura nas reuniões, sendo que ele só havia comparecido até a décima terceira reunião ordinária. Paulo Hermida perguntou se a regra das faltas e da saída automática do/a Conselheiro/a ausente já não estava na lei 8551/2014, mas o Presidente respondeu que não. Kilson Melo disse que após o dia vinte e sete de março e antes do dia dezoito de abril deveria ser definida uma data pela comissão de acompanhamento do Plano Municipal de Cultura, em que no mesmo dia fosse feita uma conversa entre os membros da comissão e outra com a empresa vencedora da licitação, com o objetivo de se apoderar do assunto e levar dados para a discussão na próxima reunião ordinária. O Presidente perguntou a Paulo Hermida se era possível a empresa ser contratada antes do dia dezoito de abril. Paulo Hermida respondeu que é necessário esperar, visto que o procedimento é regulamentado pela lei 8666/93, com prazo máximo de realização de quarenta e cinco dias, mas que pode ser menor, a depender do curso da licitação. Ele acrescentou que acha que no dia dezoito não se terá ainda a empresa vencedora, mas pode-se saber a empresa que ofereceu a melhor proposta, ou seja a que estiver liderando o processo. Retomou a fala de Kilson Melo e disse que será possível a partir do dia vinte e sete acompanhar o processo na medida do possível, pedir à comissão da licitação que mande as propostas técnicas para a comissão dar uma olhada, mas que ela não poderá acompanhar a Tomada de Preço, pois é um procedimento interno. Rodrigo Cavalcanti perguntou se depois que o Regimento Interno for publicado zera o número das faltas anteriores dos/as Conselheiros/as, o Presidente respondeu que sim. O Conselheiro comentou que estavam falando de faltas que não faziam nenhum sentido e que até a checagem de quórum não estava valendo, então o CMPC estava funcionando sem estar funcionando. O presidente respondeu que mesmo assim o Município tem respeitado as deliberações do Conselho, a exemplo da FGM, SALTUR e Câmara de Vereadores, mas existem os limites, visto que se o órgão colegiado

decidir retirar um membro, ele pode reivindicar, logo o que o CMPC pode fazer é solicitar que envie uma carta informando que saiu. Edvaldo Barreto alertou que a discussão não estava saindo do lugar e que achava que o regimento deveria ser cumprido, sendo que com três faltas seguidas o Conselheiro deveria ser excluído do Conselho. Joelice Braga defendeu que é necessária a comunicação ao membro e, dependendo da sua resposta, ele pode oficializar a sua renúncia, assim como o CMPC pode informá-lo da forma “O Conselho resolve”. O Presidente disse que sem regimento a única forma legal de retirar um membro é ele se retirando. Joelice Braga acrescentou que, mesmo com o regimento sendo publicado, as comunicações devem ser feitas por escrito. Sandra de Cássia disse que independente da saída de Danilo Moura está disponível para poder adiantar o processo, visto que ela não tem conseguido entrar em contato com ele. O presidente disse que pode ficar com a incumbência de enviar um e-mail para ele ou falar por telefone e levar uma informação mais atualizada do que está ocorrendo na próxima reunião ordinária, mas isso não impede a contribuição de Sandra de Cássia na comissão de acompanhamento do Plano Municipal de Cultura. Em seguida, o Presidente convidou Gildete Ferreira para falar sobre a minuta do Decreto de regulamentação do Fundo Municipal de Cultura. A assessora da FGM informou que deve ser criada uma comissão temporária que deverá fazer a análise do texto da minuta a ser encaminhada para a SEFAZ e, após a análise dos técnicos do órgão, será encaminhada ao Gabinete do Prefeito. O Presidente perguntou se já tem o texto e Gildete Ferreira respondeu que a FGM já construiu a minuta e agora vai fazer uma análise para ver se o texto está de acordo com a lei. Acrescentou que, se a comissão fosse formada naquela reunião, ela encaminharia a minuta na semana seguinte para a avaliação. Em seguida, lembrou que após a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura, ele precisa ser criado pois tem que ter CNPJ próprio, com natureza jurídica própria de fundo. O Presidente perguntou se alguém se coloca à disposição para fazer parte da comissão temporária para análise da minuta do decreto de regulamento do Fundo Municipal de Cultura. Gildete Ferreira sugeriu que a comissão temporária trabalhasse diferente da que acompanha o Plano Municipal de Cultura, podendo ser mais rápida, pois a minuta, após finalizada, poderá ser encaminhada por e-mail aos Conselheiros membros, que podem avaliar e dar sugestões, e a FGM então avalia se as contribuições são válidas. Disponibilizaram-se para participar da comissão o Presidente Eucimar Freitas e os Conselheiros Joceval Rodrigues e Lúcia Leiro. Em seguida, o Presidente deu a palavra para as representantes da Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador que estavam presentes na reunião. Carlinda Lima, coordenadora da biblioteca Maria Rita Almeida de Andrade, localizada no bairro de Cidade Nova, falou que estava muito feliz em participar da reunião do CMPC, sendo aquela a sua primeira vez e ficou muito satisfeita com o que ouviu. Informou que também está na luta para aprovar o Decreto do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca (PMLLB) junto com a FGM. Ladailza Teles alertou que se publicar o Decreto, depois será necessário lutar pela lei, logo seria melhor fazer logo a lei. Em seguida aconselhou ao Conselho pensar em fazer leis e não decretos. Agradeceu pela possibilidade de participar das reuniões e informou

que será assídua nas próximas, afinal de contas, leitura, livro e biblioteca é cultura. Ela acrescentou que existe até a lei de cultura da leitura, mas a leitura ainda está na margem, e solicitou que o assunto seja pautado no CMPC e pediu que participassem do conselho do PMLLB. Pediu ainda que se a proposta de seminário que foi discutida se realizar, que seja pautada a questão de bibliotecas e livros, pois é muito importante. Informou que a rede pautou o PMLLB e se disponibilizou para colaborar com a construção do Plano Municipal de Cultura, já que eles têm conhecimento sobre o processo de construção de plano. Informou ainda que os planos de leitura de muitas capitais estão sendo puxados pelas bibliotecas comunitárias, que integram uma rede nacional, e também querem puxar os planos municipais de cultura porque andam juntos. Deixou a rede à disposição para construir conjuntamente o seminário e o Presidente respondeu que irá convidá-las para acompanharem as reuniões de organização. Em seguida, Conceição Silvânia informou que a rede conta com catorze bibliotecas comunitárias de Salvador, sendo que estão mapeando novas bibliotecas para integrarem o grupo, porque existem muitas bibliotecas comunitárias nos bairros mais distantes e elas que dão suporte à população local, visto que o transporte está caro e é melhor se ter uma biblioteca na comunidade com livros de qualidade. Fez uma provocação alegando que toda Salvador tem que pensar que se a biblioteca do Centro está tão distante da periferia, então deveria apoiar as comunitárias. Colocou-se à disposição para dialogar e contribuir com o que for necessário. Gildete Ferreira informou que o PMLLB deve ser uma demanda do Executivo e não pode ser do Legislativo, mas isso já está sendo discutido, pois o plano é um programa de estado e não de governo. Assim, mesmo com reeleição, a gestão municipal só pode durar até oito anos, sendo que o plano é decenal, com metas a curto, médio e longo prazo. Acrescentou que a discussão já foi iniciada no Gabinete do Prefeito e deve ser retomada para a construção de um Projeto de Lei a ser encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal. O presidente assinalou que, como as representantes da Rede de Bibliotecas Comunitárias serão mais assíduas às reuniões do CMPC, propôs que o Conselho acompanhe o assunto mais de perto e pediu que a rede informe quando terá reuniões do conselho PMLLB para que o CMPC possa participar. Informaram que Joelice Braga já participa como representante da SMED, e o Presidente sugeriu que outro/a Conselheiro/a também participe como representante do CMPC, para contribuir com a celeridade do processo. Outra representante disse que há bibliotecas que funcionam com o orçamento mensal de mil reais para manter o mínimo de pessoal possível. Informou também que a rede dispõe de um acervo de setecentos mil livros de qualidade nas bibliotecas e tudo organizado para receber as comunidades carentes, mas não têm dinheiro. Então, enquanto o PLLB não for publicado em forma de lei para possibilitar a busca por captação de financiamento para as bibliotecas, infelizmente elas terão suas portas fechadas no ano que vem. Ladailza Teles complementou dizendo que o plano é uma política pública de leitura e que não vai benefício nenhum para as bibliotecas, a luta é para uma política pública de leitura e que quando o Prefeito, a sociedade civil e todo mundo trabalhar livro, leitura e biblioteca vai ocorrer a mudança na sociedade. O Presidente falou-lhes sobre a Comissão de

Cultura da Câmara Municipal, presidida pelo Vereador Silvio Humberto, que é suplente de Joceval Rodrigues no CMPC, assim, quando o texto chegar na Câmara, eles podem ajudar a dar celeridade ao projeto de lei e garantir que ele consiga ser sancionado pelo Prefeito. Leonardo Pereira esclareceu que decreto autônomo é vedado no ordenamento jurídico e no caso da rede terá que ser uma lei. Complementou que as únicas possibilidades de decreto autônomo estão esculpidas na Constituição, no Art.93, que tratam sobre a extinção de cargo quando vago, e esse não é o caso. O Presidente perguntou se a criação da Comissão da Cultura na CMS e sua presidência por um Conselheiro vai mudar a composição do CMPC. Joceval Rodrigues concordou que o CMPC deve auxiliar o trabalho já desenvolvido pela rede de bibliotecas comunitárias, discutir a proposta de minuta do Projeto de Lei que já foi elaborada pelo grupo, mobilizar o Executivo para analisar o texto e enviar mensagem à Câmara de Vereadores. O Presidente sugeriu então que na próxima reunião o CMPC possa discutir com as representantes da rede de bibliotecas comunitárias e aprovar uma proposta de minuta e perguntou se o órgão colegiado pode apresentá-la ao Executivo. Gildete Ferreira respondeu que já teve acesso à proposta da minuta, e ainda falta muita coisa no texto, então é necessário avançar um pouco mais nesse sentido. Ladailza Teles informou que a proposta de minuta foi elaborada pela Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador, com a colaboração da advogada do Vereador Silvio Humberto, e o texto já está no conselho do PMLLB, sendo que ainda vai ser discutido lá. Em seguida, sugeriu que seja escolhido/a um/a representante do Conselho para participar das discussões sobre o PMLLB para que, quando o CMPC discutir a minuta, possam também colaborar, e que no próximo mês elas já falem sobre o texto. O Presidente citou a Comissão Temática de Literatura e mencionou a integrante Angelice Batista, presente na reunião, em seguida perguntou se ela tinha disponibilidade para participar da reunião do conselho do PMLLB, que deveria acontecer no dia quatro de abril. Angelice Batista concordou. Gildete Ferreira informou que Marisa Santiago, que era Conselheira representante da antiga Superintendência de Política para as Mulheres, agora integra a equipe da FGM, sendo que também está participando desse processo. Lembrou também que ela integra a Gerência da Biblioteca e Promoção do Livro e Leitura da FGM, criada com a reformulação da estrutura da Prefeitura. O Presidente deliberou que na próxima reunião ordinária seja apresentado o andamento do processo de aprimoramento da minuta do projeto de lei do PMLLB e então o CMPC deverá decidir quais desdobramentos vai realizar, contando com o auxílio da Comissão de Cultura da Câmara para dar celeridade ao processo de construção da lei. Rita Santos perguntou se com a nova Comissão de Cultura da Câmara o decreto das baianas vai andar e acrescentou que foi publicado em dezembro de dois mil e quinze, sendo que deveria ser colocado em prática no prazo de três meses e já tem mais de um ano e não saiu da gaveta. Em seguida, informou que a Superintendência Regional do Trabalho a procurou para tratar sobre o trabalho escravo infantil, principalmente nas praias, sendo que eles foram nas praias de Piatã a Patamares e notificaram quatro baianas, que terão que pagar a multa de quatrocentos e cinquenta reais por criança que tiver com elas e, se for reincidente, a multa dobra. Rita Santos continuou

informando que fez uma reunião em Itapuã, na qual reuniu sessenta baianas e contou com a participação do presidente dos auditores fiscais, além disso convidou a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), que chegou após duas horas e meia de atraso e disse não ter nada a ver com o assunto. Ela informou que há crianças de sete anos que vão com as bandejas na mão de Piatã até depois de Cira, em Itapuã, com as bandejas na mão vendendo acarajé. Ela alertou sobre os riscos às crianças que andam até dois quilômetros, como a possibilidade de serem roubadas, abordadas por traficantes e as meninas podem ser assediadas por pedófilos, pois usam roupas de banho, tudo fora das vistas das mães. A Conselheira denunciou que ainda há o agravante de que algumas crianças não são filhas das baianas, mas de vizinhas. Citou um caso que ocorreu no final de dois mil e catorze de uma baiana em Itapuã que levou uma criança e não prestou atenção, sendo que no final do dia soube que a menina morreu afogada. Citou um grupo chamado FETIPA (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador), do Governo do Estado da Bahia, do qual a ABAM é integrante. Informou que a Prefeitura-Bairro do Subúrbio disponibilizou o auditório na segunda-feira da semana seguinte (27), às 14h, para reunir as baianas da área. Estava prevista a participação de representantes da Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), da Superintendência Regional do Trabalho, do Conselho Tutelar e da SEMOP, que é a responsável pela licença de funcionamento das baianas. O Vereador Joceval Rodrigues disse que, na opinião dele, não deveria convidar a SEMOP, mas a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS), a qual tem o Conselho Municipal da Criança e Adolescente, que trata o trabalho infantil. Rita Santos informou que no decreto está disposta a quantidade de pessoas para trabalhar no tabuleiro, sendo no máximo quatro, e que há tabuleiros com dez baianas, e essa fiscalização é de responsabilidade da SEMOP. Além disso, não é permitida a atuação de menor aprendiz no ofício de baiana porque utiliza material perfurante, azeite, etc, então só pode trabalhar a partir dos dezoito anos, mas existem menores que estão tomando conta de tabuleiros. Ela explicou que a SEMOP é o órgão fiscalizador do ofício das baianas. Paulo Hermida disse que devem estar envolvidas nessa questão do trabalho infantil a Superintendência Regional do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho do Município e citou a atuação da equipe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que preparou uma metodologia para o enfrentamento do trabalho infantil e prostituição infantil em grandes eventos, sendo que fizeram um teste piloto na época da Copa do Mundo e depois foi replicado no Carnaval. Exemplificou o caso do Carnaval, em que a criança não pode consumir bebida alcoólica, mas vende, e voltou a falar que a Prefeitura não tem uma estrutura de fiscalização para dar conta de tudo isso. Assim, a administração municipal colocou a SEMOP para fiscalizar o trabalho infantil, já que é responsável pelo licenciamento dos ambulantes, a SEMPS porque trata da questão infantil e dá atenção básica, e Joelice Braga lembrou da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), que também está envolvida com o assunto. Ele sugeriu então reunir esses órgãos para enfrentar do problema. O Vereador Joceval Rodrigues se colocou contrário á

convocação da SEMOP, argumentando que se trata-se de um órgão fiscalizador, e a baiana que sofre problemas de situação social, como desemprego, exclusão e escassez de local onde colocar a criança, tem que ser vista com o olhar de assistência. Reiterou que ela está cometendo um crime, mas deve-se ver qual olhar o Município tem que ter. Se for apenas cassar a licença dela, é competência da SEMOP porque ela está infringindo a lei, então se torna necessário chamar os órgãos da Prefeitura que tratam do assunto e têm profissionais qualificados para atender as permissionárias e orientar, ou seja, é muito mais um problema social do que de caçar a licença. Então, seria melhor a Prefeitura, como um ente público, auxiliar, orientar, educar e até advertir através do Conselho Tutelar e da rede de acolhimento à criança e ao adolescente e citou ainda o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), pois esta é uma questão de assistência e de combate ao trabalho infantil e existe um foro cabível para tratar disso. O Presidente ressaltou que o Vereador apresentou uma solução, pois propõe um trabalho conjunto transversal por todo Executivo. O Presidente disse que a SEMOP deve estar atenta e acionar a quem compete, pois pode detectar o problema e identificar quem resolve dentro do Poder Público, e acrescentou que o órgão foi infeliz em se pronunciar como quem não tem nada a ver com isso. O Vereador Joceval Rodrigues respondeu que não é de sua alçada, mas se comprometeu a comunicar o órgão do Município que tem essa prerrogativa. Rita Santos disse que se trata de um mercado, que as crianças ganham comissão para vender os acarajés e acrescentou que quando elas veem representantes da SEMOP pensam duas vezes antes de continuar fazendo isso, logo é uma estratégia a presença da SEMOP. Sandra de Cássia lembrou que no Carnaval teve uma comissão do Conselho Tutelar e eles produziram uma cartilha com a lei que foi distribuída entre as barracas, além disso chamou atenção para o assunto no palco e reforçou que é importante informar as baianas. Jadson Nascimento ressaltou o papel da SEMOP em pressionar um pouco mais, não no sentido de tirar a licença, mas pressionar para que elas ajam de forma mais correta. Ele reconheceu a importância dos outros órgãos, mas afirmou que sem a SEMOP elas não irão se sentir pressionadas. Paulo Hermida chamou atenção mais uma vez para a limitação da Prefeitura e a amplitude do problema e ressaltou a importância de a sociedade ter consciência para não comprar na mão do menor de idade. Citou outra edição do Carnaval, em que foi formada uma força-tarefa para fazer o enfrentamento do trabalho infantil, com o Ministério Público do Trabalho a Superintendência Regional do Trabalho, as secretarias estadual e municipal do Trabalho, SEMPS e SEMOP, com distribuição de folhetos, ações educativas, entre outras. Comprometeu-se a conversar com a equipe da OIT para ver se eles podem ajudar de alguma forma em relação ao trabalho infantil com as baianas de acarajé. O Presidente lembrou de uma resolução que o Conselho fez anteriormente, de construir o programa Baiana Legal. Informou também que fez uma reunião com o Correio da Bahia e com o representante de rádio, Dick Johnny, sendo que já foi elaborada uma minuta da campanha publicitária que está sendo discutida, e é importante inserir o combate ao trabalho infantil no material. Assegurou que quando a campanha

estiver pronta será apresentada ao CMPC para ser avaliada e deve ser visto de que forma os órgãos municipais podem participar do processo com ações educativas, já que a administração não tem capacidade de fazer fiscalização. Alertou que vai precisar de recursos financeiros para executar a campanha, sendo que já vai contar com a ajuda de uma empresa de publicidade parceira que vai fazer o *layout* gratuitamente, o qual certamente será apresentado na próxima reunião ordinária. Gildete Ferreira assinalou a inclusão do Conselheiro Leonardo Pereira, representante da SEFAZ, na Comissão Temporária para análise da minuta do decreto de regulamentação do Fundo Municipal de Cultura. Joelice Braga deu um retorno sobre o processo de liberação das escolas municipais ao Movimento das Valsas e disse que a secretaria ainda não fez o contato com eles, pois estão trabalhando internamente, sendo que foi construído um documento que seria discutido com eles na semana seguinte. Ela informou que foi observado que eles não devem se dirigir diretamente à escola nem à SMED, mas sim às Gerências Regionais de Educação, que têm articulação com todas as escolas e sabem das possibilidades delas. Joceval Rodrigues informou que também foi procurado por eles, que solicitaram um auxílio, já que a Federação Baiana de Valsas não tem personalidade jurídica e foram informados que a federação deveria ter várias associações vinculadas e decidiram fazer uma assembleia para formarem uma associação dos grupos de valsa de Salvador e assim poderem se comunicar com o CMPC e o poder público de modo geral, e estão fazendo um mapeamento dos grupos da cidade. O Vereador ressaltou ainda que fez a publicação na sua rede social e outros grupos que não estão integrados ao que compareceu à reunião do CMPC se manifestaram, mas se comprometeram a se unir para formar a associação, sendo que a cidade conta com mais de cinquenta grupos desse tipo. Disse ainda que eles estão muito esperançosos em relação à resposta da SMED. O Presidente perguntou a Joelice Braga sobre o projeto “Escolas Culturais”, que foi apresentado por Fernando Guerreiro no ano passado, e consiste em considerar as escolas como espaços culturais. Joelice Braga respondeu que a gestão está com essa visão de abrir as escolas para esse trabalho, e acrescentou que tem três espaços que não serão apenas escolas, mas destinados à cultura local, que são a Escola Laboratório (Escolab), localizada em Coutos, a Escolab na Boca do Rio, onde funciona o IMEJA, e no dia vinte e nove de março, dentro do calendário festivo do aniversário da cidade, seria realizada a inauguração do Centro de Educação Integral (CEI) de Coutos, um empreendimento educacional localizado em uma comunidade de muita pobreza, que vai integrar várias ações da Prefeitura, inclusive a questão cultural. Saudou e parabenizou o trabalho da rede de bibliotecas comunitárias da cidade, comandado por mulheres que desenvolvem um trabalho belíssimo em catorze regiões da cidade. Paulo Hermida parabenizou Joelice Braga pelo trabalho que desenvolveu quando era secretária da SMED, visto que a concepção da CEI de Coutos foi iniciada na sua gestão, e o mais importante não é o equipamento em si, mas o conceito de Centro de Educação Integrada, fundamental para o desenvolvimento da educação. Em seguida, o Presidente informou que a próxima reunião será realizada no dia 18 de abril, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião,

lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 18 de abril de 2017.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____

26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____